Processo TC 001.250/2015-9 (65 peças)
Tomada de Contas Especial

Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator,

Trata-se de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo (MTur), em desfavor de Associação Brasileira das Empresas de Transporte Aéreo Regional – Abetar e dos srs. Apostole Lazaro Chryssafidis e Jorge Alberto Vianna, respectivamente Diretor Presidente e Diretor Financeiro de tal entidade, com débito imputado de R\$ 230.000,00, **em razão de irregularidades na execução financeira do Convênio 431/2008.**

Foram apontadas diversas irregularidades na execução do citado convênio que, em síntese, foram (peça 64):

a) a verba transferida pelo Mtur, de R\$ 230.000,00, foi aplicada no pagamento das despesas da empresa CH2 Comunicação Corporativa Ltda., no valor de R\$ 60.000,00; Mercado & Mercado Eventos Ltda., de R\$ 79.000,00; e da empresa Tosi Treinamentos Ltda., no total de R\$ 91.000,00, conforme a prestação de contas (peça 12, p. 228-230);

b) o Ministério do Turismo reprovou as contas do Convênio 431/2008, glosando tais despesas e exigindo a devolução integral dos recursos repassados, em virtude de irregularidades levantadas pela CGU em trabalho especial de auditoria, consoante a Nota Técnica de Reanálise Financeira 280/2013 (peça 1, p. 137-147).

c) o Relatório de Auditoria Especial da CGU (peça 26, pp. 72/125) apontou: c.1) aprovação de plano de trabalho contendo descrições genéricas e imprecisas, sem detalhamento dos itens de despesas e sem análise dos custos envolvidos (peça 26, pp. 95/6); c.2) direcionamento na contratação de empresas, mediante simulação de procedimento licitatório (peça 26, p. 96-98); c.3) superfaturamento (peça 26, pp. 98/9) e c.4) antecipação de pagamentos às contratadas

A unidade técnica também buscou informações no âmbito do Inquérito Civil Público-ICP 1.34.014.000129/2011-96 (peças 26, 30 a 37), que investiga diversos convênios firmados entre o Ministério do Turismo e a Abetar. Em relação ao convênio em comento, o Relatório 9 do Anexo A (peça 26, pp. 1/17) e os Relatórios 16, 18 e 20 do Anexo B (peça 26, pp. 18/42, 43/59, e 60/70) do citado ICP evidenciam conluio das empresas que executaram seu objeto, a existência meramente fictícia e o uso ilícito das contratadas para o desvio dos recursos transferidos, assim como vínculo, de parentesco, empregatício ou de negócios, entre as empresas envolvidas e o dirigente máximo da Abetar.

Ao fim, a Secex/MG conclui que diversos fatos indicam a simulação de atos licitatórios e contratuais na condução do Convite 12/2008, com conluio entre licitantes, liderados pela entidade contratante. Todo o ocorrido denota a prática de atos fraudulentos que resultaram na contratação de Tosi Treinamentos Ltda., CH2 Comunicação Corporativa Ltda e Mercado & Mercado Eventos Ltda., *“empresas de existência meramente fictícia, vinculadas direta ou indiretamente, por relações de parentesco, trabalho ou de negócios, ao Diretor Presidente da Abetar, Sr. Apostole Lazaro Chryssafidis,*

que as utilizou para desviar, em seu benefício, os recursos do Convênio 431/2008, que, a princípio, teriam sido aplicados no pagamento dos serviços supostamente prestados pelas referidas contratadas” (peça 64).

Destaca-se, finalmente, que o sr. Jorge Alberto Vianna foi excluído da citação pelos seguintes fatos: a apuração efetivada pelo MPF não lhe atribuiu condutas ilícitas relacionadas ao referido acordo (peça 26, pp. 1/17) bem como, nos documentos da prestação de contas final da Abetar (peça 12, pp. 200/306; e peça 13, pp. 1/66), os atos licitatórios e os contratos celebrados para a execução do objeto pactuado foram todos assinados pelo sr. Apostole Lazaro Chryssafidis.

À guisa de conclusão, a unidade técnica sugere a desconsideração da personalidade jurídica das contratadas envolvidas, no intuito de que seus sócios de direito e de fato sejam citados e respondam solidariamente pelo débito total, em conjunto com o sr. Apostole Lazaro Chryssafidis, e ainda com as respectivas contratadas e entidade conveniente.

III

Conforme jurisprudência deste Tribunal (Acórdãos 1.891/2010, 2.589/2010, 2.696/2011, 2.804/2011, 2.226/2012 e 2.589/2010, todos do Plenário), manifesta-se o Ministério Público de Contas **de acordo** com as conclusões expostas à peça 64, e, por conseguinte, **anui ao encaminhamento proposto à peça 65 do referido processo.**

Brasília, em 23 de agosto de 2016.

Júlio Marcelo de Oliveira
Procurador